



# Diretrizes de Governo

## 3. Caderno de Emprego

# MAIS E MELHORES EMPREGOS

## 1. O desemprego gerado pelo governo FHC

O desemprego é o principal problema do Brasil. Ele provoca intenso sofrimento, desorganiza o cotidiano das famílias, conduz milhares de pessoas à exclusão social e à perda da cidadania, criando incerteza e desesperança. Milhões de brasileiros estão desempregados, outros tantos foram levados à informalidade, com condições de trabalho precárias. Os que continuam empregados sofrem o medo cotidiano de serem despedidos.

Uma nação não pode ser construída sobre o triste alicerce do desemprego, da desproteção e da exclusão social. Tem de oferecer oportunidades de crescimento material e moral a todos os seus habitantes. Estar empregado é também condição para o desenvolvimento da solidariedade e da participação cidadã nos rumos do país.

Nos países avançados o combate ao desemprego tem passado pela intensificação de políticas visando acentuar o crescimento econômico, favorecer a redução da jornada, transformar as condições de inserção no mercado de trabalho e criar programas para a geração de empregos e atividades econômicas. Os EUA, com mais elevadas e sustentadas taxas de crescimento, apresentam baixas taxas de desemprego apesar da acentuada desigualdade e pobreza. Na Europa, retoma-se o crescimento econômico, adotam-se políticas inovadoras de redução da jornada de trabalho e de criação de emprego para jovens. Os países avançados tenderam a transferir seus problemas de desemprego para a periferia, via ampliação de suas exportações.

No Brasil, a situação é inversa. As políticas econômicas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso geraram profunda subordinação financeira e desestruturação da economia e da sociedade. A abertura indiscriminada, a ausência de políticas industriais, agrícolas, de emprego e de comércio exterior, assim como os elevados juros comprometeram a produção e o emprego nacionais.

Há vários anos ocorre destruição de empregos formais e de qualidade devido à crise da indústria e da agricultura. Desde 1990, houve uma redução de 2,5 milhões de empregos formais no país. Somente no governo FHC foram reduzidos 850 mil empregos formais urbanos. Na agricultura, entre 1995 e 1996, 1,5 milhões de pessoas perderam suas ocupações. O mercado de trabalho caracteriza-se hoje pela geração insuficiente de postos de trabalho, as mais elevadas taxas de desemprego (cerca de 20% em várias regiões metropolitanas), redução do assalariamento e precárias condições de trabalho. Ampliou-se a histórica desigualdade que marca o país.

O governo FHC revelou total insensibilidade em relação ao desemprego, desconhecendo ou negando sua existência e permanecendo paralisado até o início da campanha eleitoral. Adota agora medidas claramente eleitoreiras, ficando à espera de pequenas e marginais reduções do desemprego aberto.

## 2. Favorecer a geração de mais e melhores empregos.

O problema é bem mais sério do que pensam tecnocratas e políticos do governo de FHC.

A geração de mais e melhores empregos exige Política outra política econômica que combine econômica com estabilização monetária, crescimento da economia e a busca de uma sociedade mais justa e solidária. Essa política econômica dará sustentação a políticas industriais, agrícolas, de crescimento o comércio exterior, de geração de emprego e potencializa investimento em infraestrutura produtiva - abastecimento, transportes, energia, telecomunicações - e em infraestrutura social - habitação popular, saneamento básico, saúde, educação.

Com soberania, estabilização, crescimento e solidariedade será possível a constituição de um Plano Nacional de Emprego, que articule políticas de geração de emprego, um efetivo sistema público de emprego, políticas emergenciais, e a rápida e consistente negociação em fóruns setoriais e nacionais. Esses fóruns deverão definir novas políticas e mudanças institucionais necessárias à consolidação de condições e relações de trabalho democráticas e modernas, capazes de favorecer a passagem do Brasil ao século XXI.

No entanto, os problemas legados pelo governo FHC impõem mudanças institucionais e políticas emergenciais logo nos primeiros meses do governo da União do Povo. Nesse sentido, serão criados mutirões de trabalho nas regiões mais atingidas, sejam elas rurais ou urbanas. Serão adotados programas emergenciais e de solidariedade para os jovens.

## 3. Plano Nacional de Emprego

Políticas de Geração de Emprego e Renda

Reforma Agrária

A reforma agrária é a primeira diretriz do plano de ações para o emprego. Sua realização permitirá a geração de emprego e renda no campo. Ao contrário dos países industrializados que possuem entre 2% e 5% da população ocupada no campo, o Brasil ainda tem 21 % de sua mão-de-obra no meio rural.

Por isso, a reestruturação fundiária contribuirá para a redução do êxodo rural, que pressiona os mercados de trabalho urbanos, enquanto a implementação de uma

política agrícola adequada influenciará a geração de empregos e renda no setor primário e de agroindústrias.

Com o assentamento de um milhão de famílias será possível gerar até 3 milhões de empregos na agricultura.

#### Programa de Fortalecimento da Propriedade Familiar

Destinado a melhorar as condições de trabalho e renda de 2,1 milhões de famílias exclusivamente agrícolas que residem no campo e trabalham a terra por conta própria e de 842 mil famílias rurais pluriativas cujos membros combinam agrícola familiar combinam atividades agrícolas e não agrícolas. Quase todas essas famílias funcionam em regime de economia familiar, abrigando no total cerca de 12 milhões de pessoas.

O crédito para investimento e a tecnificação dos estabelecimentos agropecuários operados por essas famílias, principalmente com seu acoplamento a agro-indústrias locais e regionais, oferecem um grande potencial de geração de trabalho: se gerarmos um único posto a partir das atividades desenvolvidas no âmbito dessas famílias, alcançaremos quase 3 milhões de novos / empregos agrícolas e não agrícolas nos próximos 4 anos.

Os centros de pesquisa e de extensão agrícolas deverão estar integrados aos programas, atuando junto às comunidades e associações de pequenos agricultores, para desenvolver tecnologias e práticas apropriadas a estas explorações.

#### Expansão de 1,5 milhão de hectares irrigados no Nordeste

O semi-árido brasileiro compreende cerca de 920 mil Km<sup>2</sup> e 25 milhões de habitantes, 10 milhões dos quais vivendo na zona rural em mais de 1.100 municípios. A seca no semi-árido nordestino é um fenômeno freqüente. A pobreza e a fome que dela decorre é um desafio que exige ser enfrentado pela irrigação.

Existem atualmente 14 pólos no Nordeste com cerca de 600 mil hectares irrigados e 2,4 milhões de pessoas ocupadas. Essa área pode ser bastante aumentada, desde que se racionalize o uso da água armazenada, incluindo irrigação pontual, e se mobilizem novas fontes.

A execução de um amplo programa objetivando implantar no Nordeste mais 1,5 milhão de hectares de agricultura irrigada, mediante a implementação de Projetos Mistos de Irrigação, nos quais serão assentadas famílias de agricultores sem terra e pequenos e médios empresários rurais, podem gerar de 3 milhões de empregos diretos no meio rural.

O custo de um emprego direto gerado na irrigação varia conforme a tecnologia utilizada, de US\$ 13.000 na horticultura por aspersão, US\$ 3.000 na fruticultura com

a técnica do gotejamento, podendo chegar até a US\$ 750 se adotadas tecnologias alternativas de irrigação pontual.

Portanto, irrigar 1,5 milhão de hectares não é um programa barato: custaria em torno de R\$ 6 bilhões em 4 anos, segundo as diferentes composições das várias alternativas tecnológicas adotadas.

Um maior detalhamento da política agrária e agrícola do Governo Lula consta do documento Terra, Defesa da Agricultura e Erradicação da Fome.

Distribuição de renda e valorização do Salário Mínimo.

O Brasil continua sendo um dos países de maior desigualdade de renda do mundo. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE os 10% mais ricos controlam cerca de 50% da riqueza de todos os ocupados.

A desconcentração da renda permitirá um maior poder de crescimento econômico e do volume de empregos. E uma efetiva reforma tributária, onde os ricos paguem mais, terá efeitos positivos na desconcentração da rede nacional e em elos positivos na desconcentração da renda nacional. A aprovação de um Programa de Renda Mínima e a valorização do Salário Mínimo também são medidas essenciais para iniciar-se a reversão desse quadro.

O valor atual do Salário Mínimo é suficiente apenas para comprar a cesta básica medida pelo DIEESE, e incapaz de prover recursos para cobrir os demais gastos. Uma política de valorização do salário mínimo, além de diminuir a pobreza e gerar novos consumidores, estimula a criação de empregos nos setores secundário e terciário da economia.

Dobrar o poder de compra do Salário Mínimo durante os 4 anos de mandato é compromisso da União do Povo. A elevação do salário mínimo é exigência de uma sociedade democrática que ingressa no século XXI com crescimento, estabilidade e solidariedade. Ela será alavancada com a mudança do modelo conservador, com a retomada do desenvolvimento e com a reforma fiscal que desonerará a produção e fortalecerá o poder arrecadador da previdência, estados e municípios.

Investimentos em infra-estrutura e habitação popular

Esses investimentos geram empregos e, ao mesmo tempo, contribuem para a elevação da produtividade do conjunto da economia nacional. A construção de uma infraestrutura produtiva cria imensas oportunidades de desenvolvimento social e de geração de empregos. A recuperação e construção de estradas, portos, ferrovias e redes de transportes fluvial e a amplificação da eletrificação rural e das malhas de telecomunicações são fundamentais para aumentar o nível de emprego, além de contribuir para a expansão da indústria do turismo, grande geradora de mão de obra.

Somente o desenvolvimento do turismo pode gerar 2,5 milhões de empregos em um ano.

A melhoria e ampliação da infraestrutura social contribuem para a geração de empregos no curto e no longo prazos. Gastos em saúde, educação, saneamento básico e habitação popular também têm efeitos importantes na geração de empregos, além de melhorar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de efetivo exercício da cidadania.

O estímulo à habitação popular pode contar com os recursos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e viabilizar a construção de cerca de 1 milhão de moradias anuais. As atividades da construção civil (construbusiness) são responsáveis por 15% do PIB e mobilizam mais de 6 milhões de trabalhadores. A redução das taxas de juros e, portanto, das mensalidades viabilizarão o ingresso de milhares de novos mutuários.

### Bancos do Povo

Para aumentar a cobertura das políticas de geração de emprego e renda - desenvolvidas em inúmeras administrações municipais ou estaduais dos partidos da União do Povo - as referências principais são novas políticas de assistência técnica, qualificação profissional e de crédito,. Estas políticas beneficiarão pessoas e micro e pequenas empresas não contempladas pelo sistema bancário normal e que precise muitas vezes recorrer a agiotas. É caso dos crédito. Bancos do Povo, do Proger, do micro-crédito, das linhas de financiamento para o setor informal, cooperativas e micro e pequenas empresas.

Hoje essas linhas não se desenvolvem pois os que necessitam crédito não têm como oferecer garantias, e o Banco do Brasil, como principal agente financeiro, encontra-se despreparado e apenas preocupado em elitizar sua clientela. Da mesma forma, o BNDES tem-se voltado prioritariamente para o financiamento das grandes empresas, das privatizações, e mesmo para a sustentação das bolsas de valores, destinando parcela ínfima de recursos para as micro e pequenas empresas ou para as pessoas que não têm acesso aos bancos privados.

É preciso, portanto, redefinir por completo esses programas e articulá-los com o sistema público de emprego de forma a oferecer mais uma alternativa ao desempregado - a auto-ocupação, prestação de serviços, de novas atividades ou a montagem assistida de um pequeno negócio.

### Programa de apoio à micro empresa

Paralelamente às políticas anteriormente anunciadas e a um amplo programa de apoio à micro, pequena e média empresa que comporão nossas políticas industriais e produtivas, a microempresa terá um atendimento especial, considerando-se, por

um lado, sua atual debilidade, dificuldade de acesso ao crédito e aos mercados e, por outro lado, seu potencial de geração de empregos e atividades.

Neste sentido, estas empresas serão favorecidas através das compras governamentais, de agência de fomento no BNDES e de programa especial de crédito para capital de giro.

Redução da jornada de trabalho.

Redução de jornada é uma bandeira histórica dos trabalhadores desde o século XIX. Recentemente, países como a Alemanha, França e Itália vêm realizando esforços para reduzir a jornada, com efeitos positivos na geração de empregos. No Brasil, a última redução da jornada de trabalho ocorreu em 1988 por força da intensa mobilização dos sindicatos e da sociedade.

Com o aumento vertiginoso do desemprego nas regiões metropolitanas, a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas tornou-se um imperativo. O aumento de produtividade das empresas, de 1990 a 1996, foi superior a 40%, indicando que existe capacidade de absorção dessa redução sem corte de salários.

Reduzir a jornada de 44 para 40 horas semanais é um dos principais compromissos do nosso governo. É necessário constituir fóruns de negociação com empresários e trabalhadores para uma efetiva democratização e ainda maior redução da jornada em suas diferentes modalidades.

O Novo governo vai atuar para garantir maior eficácia dessa política, combinando a alteração legal com o incentivo à negociação coletiva. Adotaremos mecanismos que incentivem as empresas a contratar, poupando ao Estado as despesas com seguro-desemprego ; e com a utilização dos equipamentos sociais, Também serão ampliadas as restrições à utilização indiscriminada de horas extras. Essa combinação do crescimento econômico, da ação pública e das negociações coletivas é essencial para que se distribua os ganhos de produtividade por toda sociedade.

Sistema Público de Emprego

As políticas associadas a um sistema público de emprego (seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, formação e requalificação profissional), apesar do amplo espaço aberto para seu desenvolvimento pela nova Constituição, que as dotou de uma fonte estável de recursos - o FAT - encontram-se atomizadas e sem uma articulação capaz de criar orientações e possibilitar uma efetiva descentralização.

O descaso do atual governo com as políticas de emprego revela-se na própria forma pela qual tratou da sua fonte de recursos. Partes significativas deles são desviadas

(quase R\$ 2 bilhões anuais) para o Fundo de Estabilização Fiscal, isto é, para cobrir gastos com juros. Com isso, o FAT deixou de aplicar na geração de empregos e passou a acumular déficits sucessivos, colocando em risco o patrimônio dos trabalhadores e o alcance das políticas a eles dirigidas.

Portanto, um primeiro compromisso é o de restabelecer a integralidade das fontes de recursos do FAT: todo o PIS/Pasep irá para esse fundo dos trabalhadores, garantindo sua saúde financeira e incrementando a potencial idade de suas políticas.

Outra questão fundamental é a do seguro-desemprego.

O seguro-desemprego cobre apenas os trabalhadores do setor formal da economia, cujo último emprego era Seguro-Desemprego de carteira assinada. Com o crescimento do emprego informal, os desempregados, cada vez mais, deixam de ter como sua última ocupação um emprego com carteira assinada. Perdem, portanto, direito ao benefício, e compõem as estatísticas dos excluídos.

Além de excluir o setor informal, o seguro-desemprego também atende mal ao setor formal. Não dá segurança para que o desempregado encontre novo trabalho. O sistema atual trata de forma igual os desiguais: jovens e idosos, trabalhadores de primeiro emprego ou aqueles próximos da aposentadoria.

É preciso, portanto, reformular os critérios para a concessão do seguro-desemprego, aumentando sua cobertura, melhorando seu foco e sua eficácia, de forma a garantir condições dignas de vida aos trabalhadores que perdem seu emprego e necessitam nova ocupação.

O descaso do governo FHC para com as políticas de emprego revela-se, também, na sua incapacidade de integrá-las em um sistema público. Hoje, o que se tem são políticas desarticuladas e pulverizadas, que restringem em muito sua eficácia.

No primeiro trimestre deste ano, apesar de milhões de trabalhadores terem sido desligados de seus postos de trabalho no setor formal da economia, menos de 600 mil foram inscritos no sistema de intermediação, e pouco mais de 50 mil foram colocados em um novo emprego. Essa situação não se deve à carência de recursos, pois nos últimos quatro anos foram gastos centenas de milhões no sistema Sine, para aparelhá-lo e modernizá-lo, sem resultados efetivos.

Quanto à qualificação profissional, o que se faz é pouco, como demonstram as diversas reclamações de governos estaduais. O pouco que se faz traduz-se, quando muito, em tornar um desempregado apenas um desempregado mais bem qualificado. Em muitos casos, a situação é ainda pior: o trabalhador mais jovem qualifica-se e, com salário menor, ocupa a vaga de um chefe de família, cujas habilidades foram tornadas inúteis pelos novos processos produtivos e que não foi beneficiado com os programas de qualificação.

É necessário alterar o foco e aumentar a cobertura e o objetivo desses programas, e integrá-los ao sistema de intermediação e aos beneficiários do seguro-desemprego, hoje desassistidos.

É fundamental que a política de qualificação e requalificação integre-se com as políticas de educação básica, sem o que seu foco estará sempre deslocado. O sistema "S" (SENAI, SENAC, etc.), hoje gerido exclusivamente pelos empresários, deve ser democratizado e incorporado ativamente a um programa nacional de qualificação profissional.

Com essas medidas e ações, poderemos construir, a partir de um conjunto hoje disperso e fraco de políticas ineficazes, um sistema público de emprego digno desse nome.

Este sistema público de emprego será constituído de uma rede nacional de agências / públicas para atender ao trabalhador, a custo zero, assegurando a obtenção do seguro-desemprego, o acesso às vagas do mercado de trabalho, à qualificação, à carteira de trabalho e à carteira de identidade.

É importante atuar para democratizar a sua gestão. Embora o governo atual divulgue as políticas executadas pelo FAT como sendo de sua iniciativa, poucos sabem que sua gestão é realizada por um órgão tripartite e partidário, composto de representantes do governo, mas também de trabalhadores e empresários - o Codefat Integram a rede de gestão conselhos e comissões municipais de emprego, também tripartites e paritárias, através das quais as políticas são descentralizadas, buscando-se aferir, construir e integrar as demandas locais. Essa rede deve ser reforçada e ampliada, para conferir caráter público e democrático às políticas de emprego e não, como faz o atual governo, tratá-las como políticas exclusivamente governamentais.

#### 4. Programas de Emergência e de Solidariedade

Mutirões de trabalho solidário

A elevação das taxas de desemprego e a degradação das condições de trabalho durante o governo FHC tornaram extraordinariamente graves as condições do mercado de trabalho brasileiro. Não se pode mais esperar que germinem os frutos do crescimento, das políticas de geração de emprego ou das mudanças institucionais. Serão necessárias políticas emergenciais capazes de, desde os primeiros dias, darem resposta ao problema do desemprego.

Com este objetivo, serão desenvolvidos mutirões de trabalho solidário, com apoio financeiro do governo federal, em colaboração com os municípios e estados mais atingidos pelo desemprego. Esses mutirões ou frentes de trabalho emergenciais deverão mobilizar trabalhadores para atividades de apoio à obras públicas, recuperação ambiental, combate à seca, melhoria de zonas urbanas degradadas,

conservação de estradas vicinais, armazenagem, saneamento, conservação de logradouros, parques e jardins.

### Emprego Jovem.

Os jovens são os mais atingidos pelo flagelo do desemprego. O baixo nível de escolaridade de grande parte deles torna-se uma desvantagem extra e dificulta ainda mais sua inserção no mercado de trabalho. Três programas básicos serão criados:

A) *Programa Primeiro Emprego*, visando conceder bolsas primeiro emprego para jovens e induzir as empresas, ONGs ou associações interessadas em criar vagas adicionais em seu quadro funcional, para jovens sem experiência profissional. Durante os primeiros seis meses estes receberão as bolsas primeiro emprego através de recursos públicos. Decorrido esse período, as empresas (prioritariamente micros e pequenas empresas) ou ONGs assumirão compromisso de manter esta vaga, às suas custas, por, no mínimo 1 meses, favorecendo a formação profissional desses jovens. O programa poderá atender 1 milhão de jovens por ano, ao custo de R 200,00 por mês por jovem, perfazendo um total de 2,4 bilhões por ano.

B) Programa de Serviço Civil Solidário, destinado a jovens que não prestem o serviço militar. Diversas parcerias poderão ser desenvolvidas com diferentes níveis de governo: federal, estadual e municipal. Também deverão ser gerados convênios com ONGs e associações. Dois sub-programas serão criados visando atingir públicos-alvo distintos. O primeiro, destinado a jovens de baixa escolaridade, tem por objetivo oferecer a possibilidade de elevar a escolaridade formal. O segundo, é destinado a jovens de maior escolaridade e que, paralelamente a uma melhoria de condições de acesso ao mercado de trabalho, possam desempenhar atividades de apoio a políticas sociais na área de educação e saúde, combate ao analfabetismo, apoio a famílias carentes e idosos, recuperação ambiental e combate à seca, melhoria de zonas urbanas degradadas.

O programa deverá atender cerca de 500 mil jovens, em regime de semi-internato, pelo prazo renovável de seis meses. Serão concedida bolsas equivalentes a 112 salário mínimo, mais os gastos de alimentação e transporte. Ao custo aproximado de R\$ 200,00 por m corresponderá a um total de R\$ 2 bilhões por ano.

C) Programa de Apoio ao Jovem Trabalhador Rural, destinado jovem agricultor familiar.

Seu objetivo é o de favorecer através dos mecanismos de crédito popular o exercício de outras atividades, além da principal que é exercida no conjunto familiar. Estas atividades, impulsionadoras

desenvolvimentos rurais, podem adotar a forma de cooperativas, associações, condomínios ou até mesmo individua

Tais atividades não desvincularão o jovem de sua família e do trabalho na agricultura familiar, mas favorecerão uma maior valorização de sua formação e força de trabalho, introduzindo novas tecnologias e novas idéias de gerenciamento da produção rural

Combate às distorções do mercado de trabalho.

Existem no mercado de trabalho brasileiro distorções gravíssimas. Por um lado, há escassez de postos de trabalho, em quantidade e qualidade. Por outro, participam desse mesmo mercado segmentos que não deveriam exercer pressão sobre ele. É o caso do trabalho do menor de 14 anos e dos aposentados. São milhões de pessoas: apenas de menores de 10 a 14 anos, cerca de 4 milhões, e 4,4 milhões de aposentados economicamente ativos. Por problemas de renda, ambos os segmentos são forçados, perversamente, a entrar ou permanecer no mercado de trabalho.

#### A) Trabalho Infantil

A criança menor de 14 anos tem o direito de estar na escola, sem participar do mercado de trabalho. Assim, as políticas já existentes em várias regiões do país em governos administrados pelos partidos que compõem a União do Povo - como a bolsa escola e a renda mínima vem ser ampliadas nacionalmente, para pôr fim à iniquidade do trabalho infantil, assegurando que a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente sejam cumpridos. Assegurar renda à família carente é fundamental para impedir que a criança abandone a escola.

#### B) Trabalho do Idoso

A elevação do valor das pensões e aposentadorias e a introdução de mecanismos de controle no sistema de aposentadorias, conforme experiência internacional, podem reduzir a pressão desse segmento sobre o mercado de trabalho.

Por outro lado, há que se ter políticas para os que estão próximos da aposentadoria e que veem suas possibilidades de permanência ou reinserção se estreitarem. Estudos revelam que o tempo de desemprego está relacionado com a idade: quanto mais alta a faixa etária, maior o tempo de desemprego. Desta forma, há que se estabelecer programas que apoiem as empresas que contratem pessoas com idade mais avançada

#### C) Trabalho Escravo

Contrariamente à Propaganda governamental, o trabalho escravo se mantém no país, atingindo sobretudo menores e trabalhadores rurais. É o que demonstram recentes estatísticas do IBGE.

O governo da União do Povo enfrentará imediatamente essa chaga. Com ações exemplares de desmantelamento dos focos de escravidão e fiscalização permanente, simbolizará o fim de um período de relações perversas com o mundo do trabalho.

Outra grave distorção do mercado de trabalho diz respeito a enormes segmentos sociais que encontram dificuldade em obter emprego ou que sofrem todo o tipo de discriminação em suas atividades profissionais. É o caso, entre outros, de negros e mulheres.

### 1) Negros

Os dados do IBGE reafirmam a desigualdade entre brancos e negros no mercado de trabalho. Quando conseguem ingressar no mercado de trabalho, trabalhadores negros e negras recebem salários inferiores, ainda que tenham igualou superior qualificação aos demais. Para superar essas formas de discriminação propõe-se o estabelecimento de incentivos às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial, de capacitação e treinamento, assegurando na gestão das agências de formação profissional a participação de educadores negros. O novo governo implementará a Convenção 111 da Organização do Trabalho (Decreto Legislativo No. 104/1964).

### 2) Mulheres

As mulheres, cuja participação no mercado de trabalho tem crescido substancialmente, são discriminadas do ponto de vista salarial e das oportunidades de promoção profissional em função de sua situação de gênero. A essa forma geral de discriminação somam-se os constantes assédios que sofrem por parte de chefias, sem que medidas consistentes sejam adotadas para coibir esses abusos.

O Ministério do Emprego e da Solidariedade exercerá, através de suas múltiplas agências toda a fiscalização necessária para promover a efetiva igualdade salarial e de oportunidades entre homens e mulheres e para coibir através de campanhas educacionais e medidas legais os casos de abuso sexual e de práticas vexatórias à condição feminina.

## 5. Mudanças institucionais e financiamento.

A efetiva implementação de um Programa Nacional de Emprego exigirá mudanças institucionais capazes de impulsionar, democratizar e controlar essas ações.

Ministério do Emprego e da Solidariedade

O atual Ministério do Trabalho, desprestigiado e inoperante, será transformado em um organismo voltado prioritariamente para o emprego e a solidariedade. Seu objetivo básico será a coordenação do Plano Nacional de Emprego, articulando as ações e de geração de emprego e renda, de efetiva (fiscalização do trabalho e de negociação com trabalhadores e empresários visando a democratização das empresas, das relações de trabalho e das políticas públicas. Suas ações também serão ; desenvolvidas através do sistema público de emprego e das políticas emergenciais e de solidariedade.

Além de recursos orçamentários, o novo Ministério do Emprego e da Solidariedade contará com fontes de recursos articulados pelo Fundo Nacional de Emprego e Educação Profissional. A Caixa Econômica e o BNDES estarão subordinados à implantação de suas políticas, mostrando claramente que no governo da União do Povo a prioridade será favorecer a geração de mais e melhores empregos.

Democratização das relações de trabalho e das políticas públicas.

A redefinição. e democratização das relações de trabalho, correspondem à necessidade de assegurar a passagem de um modelo intervencionista e repressivo para um sistema onde prevaleçam relações democráticas, favoreçam a regulação do mercado de trabalho e tenham por horizonte o pleno emprego e a melhoria das condições de vida e de produção.

A consolidação de um sistema democrático de relações de trabalho contribuirá para evitar a degradação ainda maior dos empregos e das condições de trabalho, a rotatividade e a irresponsabilidade frente aos objetivos nacionais. A contratação coletiva de trabalho mais

centralizada possível imporá maior responsabilidade às entidades empresariais e sindicais, sobretudo no que se refere à qualificação profissional, à ampliação do tempo de serviço na mesma empresa e à redução da informalidade.

Trata-se de adequar o sistema de relações de trabalho às exigências da modernização produtiva, tecnológica e organizacional e à defesa dos direitos dos trabalhadores. Em lugar de formas selvagens de flexibilização, desregulamentação e terceirização, é preciso criar mecanismos que permitam negociar a reestruturação, através da organização e da contratação coletiva em todos os níveis, do nacional aos locais de trabalho.

O governo da União do Povo se empenhará no fortalecimento de negociações nacionais em torno das políticas públicas, particularmente no caso das políticas industrial, agrícola, agrária, tributária, social e de rendas, introduzindo mecanismos compatíveis com as metas de estabilização monetária, crescimento econômico e distribuição de renda constantes em nossas diretrizes de programa de Governo.

Fontes de financiamento do Programa Nacional de Emprego.

O governo Lula poderá remanejar no primeiro ano de governo apenas cerca de R\$ 14 bilhões do Orçamento Geral da União. Parte destes recursos poderão ser reorientados à sustentação do Plano Nacional de Emprego. A partir de 2000, o financiamento desse plano contará com recursos adicionais resultantes da ampliação da arrecadação, provenientes do crescimento econômico, do combate à sonegação, da racionalização dos gastos e de uma reforma tributária.

É preciso assegurar que os fundos públicos, supostamente destinados às políticas regionais e ao emprego, sejam efetivamente orientados à geração de empregos e redistribuição de renda.

Desse modo, criar-se-á um Fundo Nacional de Emprego e Educação Profissional, constituído a partir da totalidade do patrimônio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Sistema "S" (SENAI, SENAC, SESC e SENAR). O patrimônio do FAT corresponde a R\$ 34 bilhões, com receitas anuais de R\$ 8 bilhões. Já apenas os recursos anuais do Sistema "S" somam cerca de R\$ 3,0 bilhões. Além disso, deve fazer parte desse fundo os incentivos fiscais atualmente subordinados aos fundos constitucionais de promoção regional (Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste), que dispõem de recursos anuais superiores a R\$ 2 bilhões.

Soma-se a esses recursos, aqueles oriundos da criação de uma taxa adicional média de 5% aplicada sobre as importações dos produtos de consumo, resultando em R\$ 580 milhões (SECEX/ importações de bens de consumo do ano de 97). Essa taxa deverá variar de acordo com a participação dos produtos importados na produção nacional. Além disso, o fundo PIS/PASEP (contas antigas) que está sob administração do BNDES (alcança cerca de R\$17 bilhões) também deverá compor a totalidade dos recursos disponíveis para o novo fundo que será criado.

Assim, a totalidade dos recursos anuais do Fundo Nacional de Emprego e Educação Profissional alcançará no mínimo cerca de R\$ 13,6 bilhões. Esse fundo será gerido de modo tripartite e será responsável pela aplicação das políticas públicas orientadas à educação e requalificação profissional, intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego e pelas políticas de geração de empregos. A administração desses recursos, assegurada pelo novo Ministério do Emprego e da Solidariedade, obedecerá ao critério de descentralização e democratização de sua gestão e fiscalização.

Os recursos do BNDES, que hoje somam mais de 19 bilhões de reais por ano, deverão ser remanejados de maneira a assegurar o efetivo financiamento das micro, pequenas e médias empresas, principal fonte de geração de empregos. Atualmente, estes recursos estão sendo destinados às grandes empresas e ao programa de privatização, que têm resultado na redução de postos de trabalho.